

INTRODUÇÃO

OS POLÍTICOS CAMARONESES E AFRICANOS EM GERAL TÊM MEDO DO CONTENCIOSO HISTÓRICO

A agenda política Africana tem sido marcada, nos últimos anos, por reviravoltas espectaculares e dramáticas do Ocidente sobre o seu papel no passado nos nossos países. É assim, por exemplo, que o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) reconheceu o seu papel no assassinato de Patrice Lumumba¹, em Janeiro de 1961, quando ainda era o primeiro primeiro-ministro do Congo independente (hoje RDC — República Democrática do Congo)². Devemos também reconhecer a coragem que a Bélgica teve em enfrentar a controvérsia sobre o assassinato de Lumumba embora, como os EUA, infelizmente, ainda sem tirar todas as consequências, fugindo às suas responsabilidades, declarando-se responsável, mas não culpada. Temos também de saudar o reconhecimento pela Itália dos seus crimes contra a Líbia e das reparações materiais. A Alemanha fez o mesmo em relação à Namíbia e o Reino Unido em relação à Índia, o Paquistão e o Quênia, entre outros.

A França, pelo contrário, continua a comportar-se com desdém e condescendência em relação aos seus crimes nos Camarões e noutros lugares da África Negra, pondo-os no registo das fabulações e quimeras, como um psicanalista francês citado pelo poeta, dramaturgo e político Césaire³ no seu *Discurso sobre o Colonialismo*, que considerava os problemas dos malgaxes

¹ Líder anticolonial e político congolês.

² Ver: www.cameroonvoice.com/news/article-news-13752.html.

³ Aimé Césaire, *Discurso sobre o Colonialismo*, Editions Réclame, Paris, 1950; Editions Présence Africaine, 1955.

colonizados pela França como imaginários. O ministro do Interior⁴ francês persistiu recentemente nesta ideia, no âmbito de questões parlamentares na Assembleia Nacional Francesa, ao declarar que o papel da França foi simplesmente ajudar África e que cabe agora aos historiadores estudarem a história das relações da França com os países africanos.

Mesmo François Fillon, o primeiro-ministro francês em visita oficial nos Camarões há cinco anos considerou de «fantasmas» as alegações sobre os massacres durante a guerra para a Independência. Para o Pierre Messmer⁵, militar vindo da Indochina e Alto Comissário da França nos Camarões, «os massacres existiram mas eram assuntos entre os camaroneses».

Quanto ao actual Presidente francês, François Hollande, durante a sua visita aos Camarões, no dia 3 de Julho de 2015, reconheceu timidamente as atrocidades cometidas pelas tropas francesas no nosso país.

Os políticos e intelectuais africanos da África «francófona»⁶ em geral, e camaroneses em particular, parecem fazer pior do que a França porque têm medo da nossa história, manifestando uma grande reticência em a tratar, e apresentando uma falta de interesse para com os ideais pelos quais muitos patriotas africanos morreram.

Num momento em que numerosos camaroneses se dizem chocados pelo «Contencioso Histórico» que existe entre a França e nós, e que tentam esconder o verdadeiro significado sob a acusação de ódio ou rancor, os próprios carrascos, responsáveis por este litígio, sufocam sob o peso dos seus pesados «segredos» e aspiram a esvaziar a sua consciência.

Quando se fala das relações França-África e os seus efeitos perversos que persistem, alguns chamados «anticolonialistas críticos» procuram

⁴ Bernard Cazeneuve, ministro do Interior desde 2 de Abril de 2014.

⁵ Pierre Messmer (1916-2007), militar francês que combateu na Eritreia, Síria, Tunísia, Algéria e Indochina, onde foi prisioneiro de guerra. Alto Comissário nos Camarões de 1956-1958, dirigiu as matanças contra a União das Populações dos Camarões. Depois foi ministro das Forças Armadas francesas.

⁶ Países Africanos de expressão francesa, ex-colónias da França.

desesperadamente as provas e falam de saudosismo infantil. Enquanto isso, uma das vozes mais autorizadas das relações França-África, sob pena de ser acusada de senil e trancado num asilo, desbobina as profundezas desse «polvo». Em particular, ao longo de uma entrevista com o jornalista de investigação francês Pierre Péan⁷, o antigo presidente francês Jacques Chirac⁸ disse, a propósito dos africanos:

«Depois de lhes termos roubado a sua cultura, roubámos-lhes os seus recursos, as matérias-primas, utilizando a sua força de trabalho local. Roubámos-lhes tudo e reiterámos-lhes que não eram bons para nada. Agora, é a última etapa: roubamos-lhes os cérebros, distribuindo-lhes bolsas de estudo, e insistimos em dizer: ‘esses pretos não são, decididamente, bons para seja o que for’»⁹.

Noutra ocasião, confessou:

«Nós sugámos África durante quatro séculos e meio. Em seguida, saqueámos as suas matérias-primas; mais tarde dissemos que (os africanos) não servem para nada. Em nome da religião, destruámos a sua cultura e agora, como devemos fazer as coisas com mais elegância, roubamos-lhes os seus cérebros graças às bolsas de estudo. Depois, constatamos que a infeliz África não está num estado brilhante, não gera elites. Depois de termos enriquecido à sua custa, damos-lhe lições»¹⁰.

Estas confissões, acrescentadas aos já atrás referidos actos dos EUA, Bélgica, Alemanha e Grã-Bretanha, constituem uma mensagem forte para a Geração Consciente das africanas e africanos. Por que razão o reconhecimento dos graves crimes cometidos contra a África, crimes que comprometeram de modo duradouro o seu futuro, deve ficar reduzido a meras declarações formais,

⁷ Pierre Péan, *L'inconnu de l'Elysée*, Fayard, 2007.

⁸ Presidente da França entre 1995 e 2007, tendo cumprido dois mandatos consecutivos. Nasceu 1932, foi ainda Prefeito de Paris de 1976 a 1995, primeiro-ministro francês de 1974 a 1976 e de 1986 a 1988.

⁹ Pierre Péan, *L'inconnu de l'Elysée*, Fayard, 2007.

¹⁰ Jacques Chirac comenta a cimeira França-África realizada em Janeiro de 2001, nos Camarões, ao jornal *Le Monde*, 13 de Fevereiro de 2007.

sem seguimento de outros efeitos, como aconteceu no caso do Holocausto dos judeus durante a II Grande Guerra Mundial, por exemplo?

É tempo de os políticos dos Camarões e de outros lugares de África pararem de atropelar a memória dos heróis que morreram pela independência, das populações que foram massacradas quando reivindicavam os seus direitos mais naturais, e comecem a exigir o reconhecimento público pela França dos seus crimes, acompanhado por uma reparação substancial. Esta perspectiva não tem nada de ilusório, uma vez que Jacques Chirac, ele de novo, é o próprio a apontar essa possibilidade:

«Nós esquecemo-nos de uma coisa: é que grande parte do dinheiro que está na nossa carteira vem precisamente da exploração, durante séculos, da África. Não só, mas muito vem da exploração de África! Portanto, é preciso que tenhamos um pouco de bom senso. Não falo de generosidade, mas de bom senso, de justiça para com os africanos em relação ao que lhes foi tirado. Enquanto estamos a tempo, se quisermos evitar as piores convulsões ou dificuldades com as consequências políticas que isso acarreta para o futuro próximo»¹¹.

A verdade é que a manutenção suicida da zona do franco (CFA¹²), dos acordos servis de cooperação, o domínio da nossa economia pelo capital estrangeiro, a falta de uma base industrial num país dependente das matérias-primas, a corrupção impressionante em todas as instituições, o mau funcionamento do Estado e da sociedade que daí resulta, a celebração de uma falsa «Reunificação» truncada de recursos, todas estas acções irracionais e absurdas dos nossos dirigentes contra os interesses óbvios de nosso povo, todas estas calamidades estão ligadas, directa ou indirectamente, à persistência do Contencioso Histórico, porque elas surgem da tragédia de «meio século de independência defraudada», que fez uma cama confortável às neocoloniais

¹¹ Nicolas Agbohhou, *Le FCFA et le développement de l'Afrique*, documento em PDF online, p. 7: www.m-pep.org/IMG/pdf/PrAgbohhouNicolas.pdf.

¹² Moeda corrente usada em doze países africanos, anteriormente possessões francesas.

repúblicas das bananas. O Contencioso Histórico torna-se, assim, uma realidade eminentemente política!

Como e em nome de quê temos de engolir uma pílula tão amarga? Como podemos sonhar construir uma sociedade que caminhe no sentido da defesa dos interesses dos camaroneses, sem pôr fim a tão pesadas hipotecas? Como podemos pretender tornarmo-nos um país verdadeiramente livre, se não nos decidirmos a questionar, de forma clara e definitiva, como resolver a equação da quadratura do círculo político a que o nosso destino esta ligado há quase sessenta anos?

O Contencioso Histórico é, a par de reivindicações de ordem económica e social, o termómetro que nos permite avaliar o patriotismo dos políticos nos Camarões. A luta de libertação nacional que os *upecistas*¹³ da primeira hora empreenderam continua actual e requer, para ser conduzida com sucesso, que estejamos conscientes da responsabilidade que o fracasso desta luta representa para as nossas populações e para o nosso país ainda hoje.

Todos os males que conhecemos e que temos denunciado alto e bom som ao longo destes anos entraram no nosso país através deste Contencioso Histórico, que subsiste até agora sem estar resolvido.

A Geração Consciente dos africanos coloca-o, portanto, no centro do seu aparelho ideológico, como o seu motor.

Nós podemos, com propriedade, declarar nos Camarões 2016 o Ano do Contencioso Histórico porque é o Ano do Centenário da Anexação criminal dos Camarões pela França e a Grã Bretanha, o Ano do início do Contencioso Histórico!

¹³ Os upecistas são os membros pertencentes à UPC — União das Populações dos Camarões. Professam a ideologia do upecismo.

Quando se refere o nome do Burkina Faso, as pessoas exclamam com uma pitada de orgulho e admiração «Thomas Sankara!¹⁴», evocando o seu heroísmo, o seu legado político, e a esperança que ele representou na sua época, e que continua a representar, por uma África livre, digna e auto-suficiente. Se quisermos falar do Gana ou do Zaire (actual RDC — República Democrática do Congo) a alguém, essa pessoa irá associá-los a «Nkrumah¹⁵ ou a Lumumba», sem deixarmos de mencionar a sua história, a sua visão de um poderoso Estado pan-africano, e as suas vidas dedicadas a um ideal de Liberdade.

É estranho que, quando se profere o nome dos Camarões, tanto no estrangeiro como nos próprios Camarões, não são as figuras Um Nyobe¹⁶, Félix Moumié¹⁷, Ouandié¹⁸ ou Osendé¹⁹ que vêm à mente das pessoas, mas sim as dos futebolistas Manga-Onguéné, Kunde, Roger Milla ou Samuel Eto'o. Não que eles não tenham mérito. O facto é que, neste momento, a nossa memória histórica está tão apagada, as nossas coordenadas tão ofuscadas que, para referir

¹⁴ Militar e líder político do Burkina Faso, tendo sido primeiro-ministro quando o país ainda se chamava República do Alto Volta.

¹⁵ Líder político africano, um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e presidente de Gana de 1960 a 1966.

¹⁶ Ruben Um Nyobe (1913-1958), primeira personalidade política camaronesa. Secretário-geral da União das Populações dos Camarões. Assassinado pelas tropas francesas no mato. Foi proclamado herói em 1991. Fez dois discursos históricos nas Nações Unidas no dia 17 de Dezembro de 1952 e em Dezembro de 1953.

¹⁷ Félix-Roland Moumié (1925-1960), médico-cirurgião de profissão, grande figura da luta pela Independência dos Camarões, vice-presidente da UPC em 1950, presidente da União das Populações dos Camarões em 1952. Foi proclamado. Foi envenenado em Genebra pelos serviços secretos francesas em 1960 e proclamado herói nacional em 1991.

¹⁸ Ernest Ouandié (1914-1971), outra grande figura da luta pela independência dos Camarões e dos primeiros anos da República Camaronesa. Foi igualmente proclamado herói nacional em 1991. Professor de profissão, foi vice-presidente para a Organização da União das Populações dos Camarões (UPC) em 1952. Director do Jornal *VK, Voz do Kamerun*. Presidente do Comité e Director da UPC no maquis em 1962, depois do assassinato do Presidente Félix-Roland Moumié. Dirigiu a resistência armada durante cerca de dez anos, em condições difíceis de encravamento sem logística adequada, a partir de 1962 até o seu fuzilamento na praça publica na cidade de Bafoussam, no dia 15 de Janeiro de 1971.

¹⁹ Castor Osendé Afana (1930-1966), dirigente da UPC, membro do Comité Director, economista de profissão formado em Toulouse (França). Assassinado pelas tropas camaronesas numa zona de mato, no sul dos Camarões.

actos de bravura ou personagens famosas da nossa história nacional, não temos outra referência que não seja a da esfera da diversão, à qual o nosso horizonte ficou confinado.

A verdade é que, para enfrentar o declínio actual da nossa sociedade, e não obstante todo o orgulho que possamos sentir por Eto'o ou pelos feitos extraordinários de Roger Milla, a memória que é verdadeiramente capaz de nos fazer voltar à rota da História é a dessas mulheres e homens que morreram para defender um ideal que nos faz sonhar hoje. Portanto, é essencial que a nossa memória histórica seja restaurada. O estudo do Contencioso Histórico, mesmo se ele tivesse só esse propósito, já estaria plenamente justificado, mas há muito mais do que isso.

O interesse de um tal estudo é triplo. O primeiro é a necessidade de aumentar a consciência dos nossos compatriotas sobre a importância da causalidade histórica na compreensão dos problemas actuais. É frequente ouvir a indignação dos africanos quando se lembram dos crimes da França ou do Ocidente em África. Muitos vêem isso como lamentações, autoflagelação ou infantilismo. Outros acham que se trata de espalhar e manter o ódio. Para outros, ainda, é um apego ao passado improdutivo e inútil. Nada é menos verdade, mas é surpreendente que essas acusações venham dos próprios africanos, que são, no entanto, as vítimas das referidas atrocidades, e é de assinalar que o argumento propagandístico disputa terreno com a verdadeira informação histórica, quando se trata da História colonial da África.

Muitos não têm em conta que o principal objectivo do Contencioso Histórico foi a criação dos Estados africanos a soldo da França:

1 — A actual situação miserável dos nossos países ainda é, de muitos pontos de vista que não são meramente secundários, o prolongamento da situação colonial;

2 — Os mecanismos de exploração são mais refinados, o que os torna invisíveis a um olhar destreinado;

3 — Uma análise desses mecanismos de exploração conduz-nos, inevitavelmente, a momentos históricos que supúnhamos ultrapassados, mas que os explicam na perfeição.

De facto, torna-se evidente para as pessoas de boa fé a constatação da actualidade e, sobretudo, da continuação da mentalidade colonial e da sua nocividade para as relações Norte-Sul.

Basta, para isso, um exame objectivo, que seria o de procurar as causas remotas das intervenções periódicas do Ocidente em África (Zimbabwe, Costa do Marfim, Líbia, Mali, Gabão, Congo, Chade, República Central Africana, Guiné), assim como os princípios do funcionamento da zona do franco (CFA), os acordos de cooperação monetária, a composição dos conselhos de administração dos Bancos Centrais Africanos, etc., já atrás mencionados. No que toca ao nosso afecto, os programas de educação na África francófona e a escola são concebidos no presente estado de coisas, como produtos puros do nosso passado colonial, como ferramentas de formatação das nossas mentes e do nosso modo de pensar, até mesmo dos nossos sentimentos, uma vez que eles transmitem uma cultura e paradigmas que não são africanos, facto que não se pode negar. O que obriga o africano a pensar utilizando ferramentas alheias a ele mesmo. Portanto, se pensamos os nossos problemas através de um prisma estrangeiro, não é evidente que acabemos por apreciar, com justeza, os nossos verdadeiros interesses. É um problema real.

Como exemplo da influência insidiosa e negativa dos programas educacionais não controlados por nós mesmos, Cheikh Anta Diop²⁰ disse, com certa razão:

«A Democracia, o desenvolvimento e o socialismo são, respectivamente, uma ilusão, uma mentira e uma fraude, enquanto os assuntos do país forem conduzidos numa língua estrangeira.»

²⁰ Historiador e antropólogo senegalês que estudou as origens da raça humana e a cultura africana pré-colonial.

Jean-Paul Sartre²¹, no seu «Orfeu Negro», participou na conversa, dizendo que, enquanto o ex-colonizado falar a língua do colono, este não precisa estar fisicamente presente, uma vez que está nele. Este foi um dos principais argumentos que ele opôs aos campeões da Negritude, que procuravam a dignidade dos africanos através da língua de seu mestre, colocando-se na incapacidade de escapar à carga afectiva e à cultura do outro.

Em segundo lugar, este estudo pretende demonstrar que, opondo-se à recordação dos crimes das ex-potências coloniais, os africanos cometem pelo menos três erros:

1 — Confundem o passadismo (saudosismo) e a História, enquanto na verdade o primeiro é uma doença da infância da historiografia, que consiste em requestrar o passado como uma desculpa e chafurdando no fatalismo, ao passo que a segunda é uma ciência prospectiva, que ausculta o passado para compreender o presente, a fim de construir um futuro melhor. Aquele que ignora a História está condenado a repeti-la e a História não é o passado, mas o tempo que decorre desde ontem até hoje e até amanhã. Uma compreensão dinâmica da História é, portanto, contrária à esterilidade do passadismo. O símbolo mais poderoso para compreender a História como a entendemos aqui está expresso no paradigma Africano de Sankofa, pássaro mítico da tradição Akan dos Povos da África Ocidental (Gana, Costa do Marfim, etc.). O pássaro Sankofa voa com um ovo no bico e a cabeça voltada para trás: olha para o passado, mas o ovo simboliza a promessa do futuro. O significado mais profundo é o de, no presente, podermos aprender com o passado para construir um futuro melhor.

Devemos admitir que se a humanidade quer entender onde está (no presente) e ver o seu futuro (prospectivo ou potencial), dificilmente poderá economizar num trabalho sobre a sua História (a exploração do seu passado).

²¹ Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo e escritor francês. *O Ser e o Nada* foi o seu principal trabalho filosófico. Destacou-se por ser um dos maiores integrantes do pensamento existencialista na França. «Orféu Negro» faz parte da sua obra *Reflexões Sobre o Racismo*, publicada pela primeira vez em 1946.

Como se pode promover a paz mundial e a compreensão entre os povos, prevenir os riscos de possíveis conflitos ou a repetição da História, sem esclarecer os diferendos, denunciar os preconceitos e as anomalias nascidas de uma História trágica, cujas repercussões são constatáveis, não apenas em instituições contemporâneas, mas até mesmo nos comportamentos e nas atitudes dos mais altos responsáveis políticos?

É precisamente a ausência de um tal esforço que torna possível o actual ressurgimento dos conflitos geopolíticos, das guerras pelos recursos impostas aos povos, as novas ameaças da corrida ao armamento e a re-divisão do mundo em blocos. Não se pode excluir que a nossa época se vê envolvida numa lógica louca de Choque das Civilizações, em vez do Diálogo das Civilizações, tão almejado pelos povos do mundo.



2 — Eles abandonam um campo que não deixa de ser vital ao investimento na formação da consciência política e à resolução dos problemas actuais, inclusive, e especialmente, os problemas do microtribalismo, do micronacionalismo e do microconfessionalismo, tão prejudiciais à construção de um sentimento nacional e do ideal pan-africanista. A perspectiva histórica é, de facto, pertinente para fazer penetrar a consciência do significado dos eventos e determinar uma atitude cheia de bom senso, de realismo e, porque não, de visão. Não pode haver uma política construtiva nem uma possibilidade de libertação verdadeira sem a perspectiva histórica, e esta é uma das motivações subjacentes a este trabalho, uma vez que o seu objectivo é a formação da consciência histórica e política.

A perspectiva histórica fornece uma maior consciência na compreensão das problemáticas da nossa sociedade e dos desafios que, no fundo, estão por detrás deles. Alguns africanos argumentam, invariavelmente, que a conversa é inútil e só a acção é que conta. Mas não conseguem explicar por que razão, apesar de muitas vezes termos um bom conhecimento geral da situação dos nossos países, ainda não efectuámos quaisquer acções políticas para a mudança. No entanto, só a política pode mudar as coisas. A razão é que nós não temos uma consciência apurada dos desafios que implica, a longo prazo, a situação que conhecemos.

Esta consciência apurada é-nos fornecida pela perspectiva histórica. Portanto, vamos deixar de nos comportar como se os factos denunciados estivessem finalmente extintos e já não tivessem qualquer impacto, directo ou indirecto, na situação actual dos nossos países. Podemos, portanto, iniciar os actos que se esperam de nós, à luz da nossa situação.

3 — Além disso, estes africanos renunciam voluntariamente a recorrer às disposições oferecidas pelo direito internacional público, para beneficiarem de uma justiça legítima e de uma justa reparação e indemnização pelos actos criminosos cometidos durante a colonização, que causaram danos reais, com sequelas duradouras, cujas repercussões não estão prestes a terminar.

Na verdade, tendo em conta os princípios da continuidade dos Estados e a não prescrição de determinados crimes, as antigas potências coloniais podem, ainda hoje, ser perseguidas judicialmente pelas suas actuações passadas nos territórios que conquistaram, ou pelos quais receberam a responsabilidade da administração como potências mandatárias ou tutelares, mas, em vez de os conduzirem à independência, cometeram muitos actos criminosos, contrários às disposições do direito internacional que estabeleceu os seus poderes e atribuições. O exemplo de outras regiões do mundo mostra essa possibilidade. Existem muitas regras do *jus cogens*, ou o direito das pessoas, que prevêm essa

possibilidade, que serão examinadas neste estudo no que diz respeito às matérias referidas.

Em terceiro lugar, este estudo tem uma finalidade pedagógica e didáctica. Além disso, as ilustrações, as imagens e as repetições serão frequentes, com o objectivo de dar mais ênfase aos dados históricos, políticos, jurídicos, económicos, sociológicos, que contêm as questões tratadas, e propor soluções práticas para elas.

A França não é a única responsável pelo descalabro actual dos países africanos francófonos, porque nada de mal poderia perdurar no nosso continente sem uma participação activa dos próprios africanos, mas a França tem as suas culpas, com as diversas ingerências militares e o seu sistema França África, que não podem ficar impunes.

Uma Nação não pode apostar no Bem-estar das suas populações em detrimento dos outros povos. Uma Nação não pode cuidar da sua Felicidade à custa da exploração e da pilhagem dos outros povos.

Não se trata de incitar todos os países africanos a levar a França aos tribunais internacionais, mas simplesmente de encorajar cada um deles ao estudo minucioso da sua História com ela. Pela sua especificidade, podem encontrar-se matérias sucessíveis de justificar procedimentos judiciais que irão desafiar o seu